

Reforma ministerial terá como critério a eficácia administrativa

Brasília — "Eficácia administrativa". Esse será o principal critério que vai orientar o presidente José Sarney quando ele reformar, no próximo ano, parte do Ministério que herdou de Tancredo Neves. A reforma, segundo o próprio presidente, se fará em duas etapas — em fevereiro e em maio, quando os ministros que desejarem disputar as eleições de 1986 forem obrigados a deixar o Governo.

O presidente raciocina com o pressuposto de que o Congresso aprovará a mudança no atual prazo de desincompatibilização. Caso isso aconteça, os ministros que não detenham mandato parlamentar e que sejam candidatos às eleições terão que deixar o cargo em fevereiro. Os que têm mandato, poderão permanecer no Governo somente até 15 de maio. Sarney não descarta a hipótese de substituir algum ministro que preferisse não sair.

— O Ministério organizado pelo presidente Tancredo Neves obedeceu a compromissos de campanha, o que eu irei organizar no próximo ano se guiará, principalmente, por um critério de competência administrativa. O Governo terá que se tornar mais eficaz — defende Sarney.

Um segundo critério que ditará a reforma será, naturalmente, o de respeito ao peso político de cada uma das forças que integram a Aliança Democrática, observa o presidente. "O cargo que hoje ocupo é do PMDB, o maior partido político é o PMDB. Logo, isso será respeitado na hora de escolha dos novos auxiliares", explica o presidente. Que se apressa a dizer que não acredita em uma alteração do quadro partidário ainda em 1986.

— Isso ficará para depois da Constituinte. Não acredito que os políticos deixem seus atuais partidos — confessa.